

Ajuste deve reduzir os encargos da dívida pública mobiliária em 60%

por Ivanir José Bortot

de Brasília

005711091

Os efeitos do plano de estabilização da economia sobre as contas públicas começaram a ser dimensionados pelo Ministério da Economia. As despesas do governo com o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública mobiliária federal para 1990 deverão sofrer uma redução de 60%, por conta da queda das taxas de juro e dos resgates que vêm sendo feitos sobre o estoque dos títulos públicos.

O diretor do departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, está estimando em Cr\$ 500 bilhões o volume de recursos que será necessário para garantir o pagamento dos encargos da dívida pública mobiliária federal até o final do ano. O Orçamento Geral da União previa um desembolso inicial de US\$ 25 bilhões para 1990, mas o Governo está fazendo uma revisão procurando redimensionar os números para adaptá-los ao novo orçamento.

O Tesouro Nacional vai continuar desenvolvendo esforços para equilibrar as contas públicas através da redução do estoque dos títulos da dívida pública mobiliária com recursos obtidos através de superávit de caixa até o final do ano. O Ministério da Economia ainda não possui uma versão final sobre o estoque total da dívida pública mobiliária federal do mês de maio. Havia um estoque de 30 de abril de Cr\$ 7,536 bilhões, mas em maio foram utilizados Cr\$ 60 bilhões para resgatar títulos da carteira do Banco Central, na sua maioria, que estavam vencendo. O resgate, na verdade, é feito sobre a parcela de 20% que venceu. A diferença de 80% dos títulos fica congelada no Banco Central.

Para este mês de junho o Tesouro Nacional pretende utilizar Cr\$ 350 bilhões, de um total de Cr\$ 700 bilhões do fluxo de caixa para resgatar as Letras do Tesouro Nacional (LTN). "Há a vantagem de reduzir a dívida e de esterilizar moeda, uma forma de se evitar as pressões sobre os gastos públicos", disse Roberto Figueiredo Guimarães ao referir-se à política de resgates de títulos com recursos de caixa do Tesouro.

O dinheiro que está em poder do Tesouro Nacional



Roberto Figueiredo Guimarães

será todo utilizado dentro desse objetivo, resguardando um limite de segurança de caixa de Cr\$ 300 bilhões. Esses recursos são suficientes para cobrir as despesas com a folha de pagamento do funcionalismo público e asseguram a transferência de dinheiro dos estados e municípios prevista no fundo de participações previstas para o mês subsequente.

A partir de julho o Tesouro Nacional estará trabalhando com perspectiva de utilizar algo como Cr\$ 60 bilhões a 80 bilhões do superávit para cobrir as operações de resgate de títulos do estoque da dívida pública federal.

O Tesouro Nacional vai utilizar os resultados operacionais do Banco Central para contribuir com o objetivo de amortização da dívida mobiliária. Mesmo assim os recursos deverão esgotar-se de agosto a setembro. O Banco Central entre janeiro e maio contribuiu com Cr\$ 154 bilhões com o caixa do Tesouro Nacional.

A programação de resgate de títulos públicos, lastreados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), deverá estender-se até dezembro, mas aí, sim, deverão ser feitas emissões de títulos, com autorização do Congresso, com o objetivo exclusivo de rolagem dos papéis que estão vencendo. "Não pretendemos emitir títulos que não sejam necessários para rolagem de papéis que estão vencendo", disse Guimarães ao lembrar a parcela dos 20% dos títulos que deverá ser paga pelo Governo nas suas datas de vencimento. A diferença ficará retida no Banco Central.